

190

1011

G3R00471

CONSTITUIÇÃO

Índios reúnem lideranças e exigem direitos assegurados

Antônio Menezes

A consolidação de um movimento indígena unificado e autônomo e a garantia de que a reforma constitucional não prejudique os direitos indígenas assinalados na Constituição Federal, em vigor, foram as principais reivindicações das lideranças no segundo dia da I Assembléia Geral do Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Capoib), que acontece no município de Luziânia(GO).

O coordenador geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Sebastião Manchinery, disse que a demarcação das terras indígenas não é suficiente para garantir a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Ele ressaltou a necessidade de um programa de sustentabilidade econômica, incluindo programas de educação. "Porque se nós ficarmos sempre na dependência de instâncias internacionais para resolver os nossos problemas, nós não seremos autônomos", assegurou.

Manchinery destacou a necessidade de uma ampla articulação dos povos indígenas visando o êxito da 'Década Internacional' para as populações das Nações Unidas, do contrário, na sua opinião, a Década — que deve estender-se até o ano 2004 — não o terá o reconhecimento suficiente que impeça a violação dos direitos indígenas, tal como aconteceu com o "Ano Internacional", transcorrido em 1993 por determinação da ONU, quando diversos massacres e assassinatos de índios aconteceram no Brasil.

A preocupação de que a reforma constitucional resulte em prejuízo aos direitos indígenas já consolidados na Constituição promulgada em 1988, foi abordada durante a palestra do assessor de assuntos indígenas do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Paulino Monte-



Manchinery: movimento unificado para lutar por direitos constitucionais

jo, ao lembrar que em diversos países latinos, onde políticas neoliberais foram implementadas os índios sofreram perdas de direitos constitucionais, principalmente com a privatização da terra. Paulino citou como exemplo a Nicarágua, onde o governo sandinista aprovou o "instituto da autonomia" dando plenos direitos aos índios de usufruto das riquezas encontradas nas áreas por eles habitadas milenarmente. Contudo, o governo neoliberal de Violeta Chamorro vem fazendo acordos com empresas transnacionais para a exploração de madeiras e minérios dentro de áreas indígenas, o que vem provocando a expulsão dos índios de suas terras.

Alertando para o risco dos índios sofrerem a perda de suas terras, Paulino destacou que a consequência da não garantia constitucional é a migração de índios para as grandes cidades, ressaltando que no México, os setores organizados da sociedade civil

comprometidos com a causa indígena "vacilaram" e em 1993 o artigo 27 da Constituição mexicana que a garantia às comunidades indígenas a propriedade da terra foi alterado, determinando a propriedade individual. Com o decorrer do tempo muitos índios venderam suas terras e migraram para as cidades. Atualmente, cerca de 40 mil índios mexicanos habitam os Estados Unidos. Em Santiago, no Chile, onde mudanças jurídicas semelhantes aconteceram, aproximadamente 400 mil índios moram em condições precárias.

As preocupações que marcaram as discussões no segundo dia da Assembléia Geral sinalizam para a entrega que os índios devem fazer amanhã ao presidente Fernando Henrique Cardoso, de um documento no qual é pedido o reconhecimento da Copoli, enquanto entidade legítima de representação dos índios brasileiros no âmbito federal, e a promessa de que a reforma constitucional não vai atingir os direitos indígenas garantidos na atual Constituição Federal.

3